

Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo: forma, espaço e design [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-615-7 DOI 10.22533/at.ed.157190509 1. Arquitetura. 2. Desenho (Projetos). 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discutir Arquitetura e Urbanismo é trazer à tona uma realidade cotidiana, é abordar a relação entre homem e espaço. Esta por sua vez, impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas. Por isso pesquisar sobre Arquitetura e Urbanismo é abrir um leque de infinitas possibilidades de abordagem, que pode ser a arquitetura enquanto construção, o patrimônio, a cidade, os parques, as políticas de habitação, enfim, temas que parecem desconectados, mas que, na realidade, possuem uma ligação primordial: o espaço habitado pelo homem.

É em busca de qualidade desse espaço vivido que os artigos deste livro se conectam. O espaço construído é discutido enquanto verticalização e também patrimônio, as políticas de habitação e seus impactos na urbanização; o espaço aberto aparece nas discussões acerca dos parques e patrimônio natural. Os relatos aqui apresentados oportunizam reflexões sobre o urbano, sua segregação, sua degradação, suas inclusões e exclusões, e vislumbram um horizonte de possibilidades para nossos espaços.

A relevância de trazer à tona discussões atualizadas para nossos espaços, faz deste *e-book* uma contribuição efetiva para diversas áreas que estudam o espaço e sua relação com o homem, disseminando visões acerca desses conhecimentos.

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ARRANHA-CÉU NO SÉCULO XXI: SENTIDO DE CHEGADA E O SENTIDO DE LUGAR. O CASO DO LEADENHALL BUILDING	
Luís Henrique Bueno Villanova	
DOI 10.22533/at.ed.1571905091	
CAPÍTULO 2	14
PARQUES LINEARES COMO ELEMENTOS DE CONEXÃO: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL	
Gisele Aparecida Nogueira Yallouz	
Bruno Silva Ferreira	
Fabiany Sampaio Bertucci Tavares	
Jussara Maria Basso	
DOI 10.22533/at.ed.1571905092	
CAPÍTULO 3	25
A PAISAGEM DA BAIÁ DA GUANABARA: PATRIMÔNIO, SEGREGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
Leonardo Marques de Mesentier	
Evelyn Furquim Werneck Lima	
DOI 10.22533/at.ed.1571905093	
CAPÍTULO 4	40
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ECONOMIA CRIATIVA CONVERGÊNCIAS	
Elisabete Barbosa Castanheira	
DOI 10.22533/at.ed.1571905094	
CAPÍTULO 5	54
AS JANELAS QUEBRADAS NO QUARTO DISTRITO DE PORTO ALEGRE	
Daniel Barreto Dillenburg	
Marina Machado Dillenburg	
DOI 10.22533/at.ed.1571905095	
CAPÍTULO 6	65
FRAGMENTOS URBANOS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM UBERLÂNDIA/MG	
Guilherme Augusto Soares da Motta	
DOI 10.22533/at.ed.1571905096	
CAPÍTULO 7	79
O MINHA CASA MINHA VIDA “EMPRESAS” NA CIDADE DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL “TEOTÔNIO VILELA – PIRACICABA”	
Marcelo Álvares de Lima Depieri	
DOI 10.22533/at.ed.1571905097	

CAPÍTULO 8	91
ANÁLISE DA VIABILIDADE AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE PNEUS DE DESCARTE EM ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ - MG	
Bruna Horta Bastos Kuffner	
Claudio Marcelino de Toledo	
Demarcus Werdine	
José Maurício Pereira dos Santos	
Leyde Kelly Miranda	
Maira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.1571905098	
CAPÍTULO 9	104
AUTENTICIDADE EM RISCO ONDE ESTA O ARCO? O GATO COMEU!	
Eder Donizete da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.1571905099	
SOBRE A ORGANIZADORA	120
ÍNDICE REMISSIVO	121

AUTENTICIDADE EM RISCO ONDE ESTA O ARCO? O GATO COMEU!

Eder Donizete da Silva

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira, s/n. Laranjeiras/SE
eder@infonet.com.br

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Artes e Design
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. São Cristóvão/SE
adnogueira@gmail.com

RESUMO: A inexistência de ações voltadas para a conservação preventiva do patrimônio cultural é uma das mais graves lesões aos objetos portadores de juízo de valor histórico e estético no Brasil, entretanto, apenas a sua ausência não pode ser considerada o algoz exclusivo da degradação da edificação histórica nacional, porque mesmo que se tenha buscado “sanar” as patologias tecnicamente presentes, como o ataque por umidade, a execução destas ações, por vezes, não é realizada teórica e cientificamente de forma correta. Este artigo busca descrever ações e/ou ausência de conservação preventiva que veem sendo realizadas ao longo de dez anos no Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe, implantado a partir do Sistema Reuni e Programa Monumenta do Governo Federal,

no denominado “Quarteirão dos Trapiches”, em 2007/2008. O foco expressivo do artigo aponta para a queda de um dos arcos das paredes de pedra, representação histórica e estética de maior significância dos antigos depósitos de açúcar do Nordeste brasileiro, após anos acusando falhas estruturais e sem nenhuma ação de conservação e impossibilidade de reintegração em virtude de não haver sido tomada nenhuma providência técnica e ou teórica na época e até o momento, indicando que, outros arcos, paredes de pedra, colunas de pedra e lugares portadores de juízo de valor patrimonial, podem, a qualquer momento, ser incluídos na metáfora balizadora deste ensaio: Onde está o Arco? O gato comeu!

PALAVRAS-CHAVE: Arco; Conservação; Prevenção; Estruturas.

INTRODUÇÃO

O patrimônio sempre estará em risco, esta afirmação é base de sua própria existência e alicerce da retórica da perda sob a qual ele estará constantemente navegando; este artigo apreende reflexão crítica sobre uma intervenção realizada pelo Programa Monumenta, a partir de 2007/2008 na cidade de Laranjeiras interior do Estado de Sergipe, apontando incompatibilidades entre o projeto

e teoria da conservação e restauro aplicadas nas ações de invenção de um Campus Universitário utilizando-se de edificações denominadas de Trapiches em estado de ruínas e pertencentes ao universo açucareiro nordestino do século XVIII e XIX.

Ao estudar a concepção historiográfica tipológica do que seja um Trapiche e as transformações em sua espacialidade rural para urbana, pontua-se a caracterização de sua autenticidade arquitetural original; a invenção de um novo uso, tendo a objetivação material em Campus Universitário sem respeitar os preceitos de significado desta autenticidade nos fragmentos presentes nos muros pétreos das ruínas, provoca um desalinhamento de pertencimento e identidade; este fator, acompanhado da ausência ou equívoco nas ações de conservação preventiva, são argumentos que requerem respostas, portanto, este artigo ao aplicar a metáfora: ONDE ESTA O ARCO? O GATO COMEU! Utiliza como preceito teórico analítico a queda de um dos arcos do “Quarteirão dos Trapiches”, procurando responder a aporia da “restauração” que este desaparecimento provocou.

O TRAPICHE NO UNIVERSO AÇUCAREIRO DO NORDESTE BRASILEIRO

Classicamente a espacialidade material e imaterial do universo açucareiro brasileiro está centrado no estudo da casa-grande, da senzala, da capela e da fábrica (Freyre, 2002, p. 486 e 487); no entanto, os estudos dos espaços dedicados à casa grande, a senzala e a capela sempre se apresentaram mais pujantes na historiografia, ficando a fábrica, na maioria das vezes, colocada em segundo plano dentro de uma análise mais singela e técnica das funções que exercia, ou seja, do engenho movido à força hidráulica, a força animal e posteriormente a vapor; esta dificuldade do estudo dos engenhos de açúcar no Nordeste e de sua espacialidade, devido aos poucos remanescentes, foi tema na obra *Engenho e Arquitetura* de Geraldo Gomes (2006, p. 69).

Um trabalho que destoa desta argumentação é o da professora Esterzilda B. de Azevedo intitulado *Arquitetura do Açúcar: engenhos do recôncavo baiano no período colonial* (1990), assim como, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural realizado pelo professor Paulo Ormino de Azevedo para o IPAC da Bahia entre os anos de 1975 e 2002; investigações que descrevem e valorizam o espaço de produzir dentro do universo açucareiro dos séculos XVI, XVII e XVIII no interior da Bahia.

Na configuração espacial dos vários edifícios que formam um engenho de açúcar, os ingredientes mais importantes são as fontes de energia utilizadas e a topografia, estes dois aspectos, especialmente para as fábricas, são impares na determinação da construção das edificações, evidentemente, a configuração espacial de um engenho de açúcar sofre alterações ao longo dos séculos, especialmente, em virtude das mudanças econômicas e tecnológicas que se processaram sobre este arranjo produtivo.

No que se denomina espaço de produção a fábrica e a casa de purgar são

elementos ímpares, com o passar dos séculos receberam alterações na sua espacialidade, como locais para se guardar a produção, denominados pelo senso comum popular de Trapiches; no entanto, muitos autores descrevem o espaço das fábricas como sendo abertos; estes espaços podem ser vistos nas pinturas de Franz Post e Albert Eckhout (Azevedo, 1990, p. 19). Apesar das construções poderem ter sido feitas de pau-a-pique ou adobe, apenas restaram vestígios de edificações mais robustas feitas com pedra e cal, como o caso, de algumas paredes e colunas de pedra remanescentes que compõem o conjunto tombado e inventado como Campus da Universidade Federal de Sergipe na cidade de Laranjeiras em 2007.

Estas edificações ou trapiches aparecem na cidade de Laranjeiras no século XVIII e especificamente no XIX, são edificações de grande porte e que denotam a relação de localização que facilite o escoamento da produção através de sua proximidade direta com um rio, no caso com o rio Cotinguiba; nestas edificações, de acordo com o senso popular, apenas se guardavam as caixas de madeira com açúcar proveniente da produção dos mais de 300 engenhos que existiam no vale onde foi implantada a cidade de Laranjeiras (Loureiro, 1999, p. 11).

A quantidade de açúcar produzido e exportado pela colônia só aumentou ao longo dos três primeiros séculos, este aspecto impôs o aparecimento de uma nova tipologia construtiva que irá se consolidar especialmente nas áreas urbanas e distantes dos engenhos, ou seja, o Trapiche. O Nordeste brasileiro do Rio Grande do Norte a Sergipe, do Recôncavo baiano até o Rio de Janeiro foram grandes produtores e núcleos açucareiros na virada do século XVIII para o XIX e viveram e registraram fulgurante progresso (Pires; Gomes, 1994, p. 23).

A razão da criação de uma edificação para esta finalidade, armazenar açúcar, muitas vezes em separado do engenho, pode estar, entre outras questões, relacionada à decadência da empresa açucareira no século XVIII e restabelecimento de novas logísticas, que obrigavam os engenhos a armazenar o açúcar em determinadas ocasiões, especialmente na oscilação do preço do mercado; este armazenamento as vezes se estendia por dois ou três anos (Azevedo, *op.cit.* p. 30). Estes locais e os atravessadores que se formaram a partir desse sistema econômico podiam, além de regular os preços, verificar se a mercadoria tinha ou não boa qualidade, assim como sua proximidade com as Alfandegas possibilitavam e facilitavam a cobrança e pagamento de impostos.

O processo de produção do açúcar nas fábricas era estabelecido em três momentos: moagem, cozimento e purgamento; estes processos exigiam espaços e edificações que se caracterizavam por serem grandes “galpões abertos” que se harmonizavam com a paisagem e da qual o mecanismo utilizado para moer a cana, a partir inicialmente de energia motriz da água, de bois, de humanos e, posteriormente, da introdução do vapor, juntamente com a técnica do plantio e colheita da matéria prima denotam a definição de Engenho.

Os Trapiches urbanos podem representar a derrocada de um processo produtivo

anteriormente estabelecido exclusivamente na espacialidade rural dos Engenhos, uma vez que estas edificações passaram a servir a uma nova categoria a partir do século XVIII formada pelas chamadas Usinas de Açúcar, as quais se alicerçaram na introdução da máquina a vapor; esta nova realidade proporcionou a quebra de antigas relações produtivas, como por exemplo, da associação de pequenos produtores às grandes Usinas para a moagem coletiva da cana de açúcar, cozimento, purga e refinamento, e seu armazenamento em uma edificação estrategicamente localizada na área urbana e de fácil escoamento pluvial para um porto marítimo.

Azevedo (1990, p. 41) ao citar os estudos de Fernam Cardim e Ruy Gama, sobre os engenhos do Recôncavo baiano esclarece que a denominação Trapiche, para o primeiro, advém de moendas movidas por bois em grandes edificações que produzem muitos gastos e moem o ano todo; já para o segundo, a expressão comumente usada nos séculos XVI e XVII se refere a moenda acionada por animais, desta forma, a palavra Trapiche se torna usual ao senso comum para designar engenho de animais ou almanjarras no universo açucareiro do Nordeste brasileiro; a palavra almanjarras de origem árabe significa pau ou eixo que prende os animais para fazer girar os moinhos (Bueno, 1992, p. 44).

As edificações urbanas alcunhadas de Trapiches devem ter sua origem etimológica nesta condição, fato é que não se registrou nestas edificações na cidade de Laranjeiras resquícios de locais que faziam a purga ou o cozimento (refinamento), no entanto, em algumas destas edificações, chamadas pelo senso comum de Trapiches, foram encontradas moendas de pedra que podem ser originalmente destes locais; no entanto, estes aspectos requerem aprofundamento de investigações arqueológicas para confirmar estas hipóteses (Figura 1).



Figura 1: (acima) – Mapa ilustrado por Frans Post, moenda movida a água. Fonte: Pires; Gomes, *op.cit.*, p. 17; (abaixo a esquerda) – Fábrica do Engenho Acerto em Vicência (PE), observa-se a introdução da chaminé na tipologia construtiva, assim como, a integração harmoniosa com a paisagem, aspecto, que não foi buscado deliberadamente. Fonte: Pires; Gomes, *ibidem.*, p. 30; (abaixo a direita) – Trapiche urbano na área histórica da cidade de Laranjeiras (SE), remanescente representativo deste tipo de edificação no nordeste brasileiro no século XVIII/XIX. Fonte: Silva, jan. 2014.

Cidades do interior de Sergipe tiveram Trapiches de grande fama, como no município de Maruim; com o passar do tempo, especialmente, no final do século XIX e início do século XX esta denominação Trapiches foi tomada de empréstimo para a definição de grandes armazéns urbanos, especialmente nas regiões portuárias das cidades brasileiras, como o Trapiche do Lima em Aracaju, que ficava nas proximidades do Beco do Açúcar e da primeira estação ferroviária na Rua da Aurora (Porto, 2011, p. 15 e 84).

Em relação aos materiais e técnicas construtivas utilizados nos engenhos sergipanos, estes eram semelhantes aos de Pernambuco descritos por Gomes (2006, p. 81), ou seja, a pedra de cantaria, os tijolos cozidos e a cal, elementos mais expressivos no erguer destas edificações também são identificados nas técnicas e materiais empregados nas edificações sergipanas; Nascimento (1981, p. 17) aponta que vieram com a orientação dos “Soldados” Jesuítas, como o Padre João Honorato e, que as paredes eram erguidas, na sua grande maioria, em barro socado ou pau-a-pique; sendo que, os Jesuítas foram os principais construtores dos séculos XVI e XVII em Sergipe.

Nos séculos XVIII e XIX, Nascimento (1981, p. 38) indica que a pedra calcária passa a fazer parte dos alicerces e estruturas das edificações de Sergipe, sendo que

a coloração branca e amarelada presente nos pigmentos são usados nas caiações das paredes e dos fingidos das pilastras laterais das construções, assim como a pedra calcária é cortada de forma irregular e assentada na forma do cangicado (Vasconcellos, 1979, p. 27 e 28), aparecendo nas colunas, alicerces e alvenarias destas edificações; estas pedras calcárias extraídas da Mata da Matriana serviram à construção dos engenhos rurais e especialmente aos Trapiches urbanos no Vale do Cotinguiba à qual pertence a cidade de Laranjeiras.

Sobre a descrição dos materiais construtivos da arquitetura do açúcar ainda convém denominar que as edificações feitas em pedra calcária normalmente eram: a fábrica e a capela; os outros edifícios eram feitos de tijolos ou barro (taipa de pilão); talvez este seja um dos motivos que explicariam o porquê das fábricas e capelas resistiram mais ao tempo do que as outras edificações componentes do engenho (Gomes, 2006, p. 86). Com relação às características das argamassas de revestimento (reboco) e assentamento (emboço) empregadas em Sergipe no período colonial, Nascimento (1981, p. 47) relata que a pedra, com argamassa formada pela cal, salão (argila vermelha) e melaço (resíduo da refinação do açúcar), após pisoteio dos escravos, técnica mais dispendiosa, entretanto, mais sólida e mais indicada, começou a ser mais aplicada no século XVIII; primeiro a pedra era a calcária, depois se passou a usar a granítica e arenítica.

Esta questão poderia explicar a coloração avermelhada e a dureza das argamassas que compõem os revestimentos remanescentes das alvenarias e colunas de várias ruínas de fábricas de engenhos de Sergipe, inclusive das paredes de pedra remanescentes do antigo Trapiche Santo Antônio, parte do conjunto que seria em 2007 inventado como Campus da Universidade Federal de Sergipe e denominado pelo Programa Monumenta de “Quarteirão dos Trapiches”; entretanto, será que o principal simbolismo arquitetônico desta tipologia construtiva formado pela pedra calcária foi respeitado ou se colocou a autenticidade em risco nesta intervenção?

A AUTENTICIDADE EM RISCO NA INVENÇÃO DO CAMPUS

Com a renovação econômica da cidade de Laranjeiras a partir do final de 1970, vagarosamente vão sendo revistos planos e projetos visando a requalificação/revitalização da área histórica urbana da cidade (Azevedo, 1974); entretanto, somente em 2004, com o Programa Monumenta, ocorre a possibilidade de implantação de um Campus da Universidade Federal de Sergipe (Bonduki, 2010, p. 228); contudo, a grande questão era: quais seriam as edificações mais indicadas para a materialização desta empreitada?

Entre as inúmeras edificações degradadas no conjunto urbano de Laranjeiras chamava a atenção da Unidade Executora de Projetos do Programa Monumenta e 8º S.R. IPHAN/SE o conjunto denominado de “Quarteirão dos Trapiches” constituído pelos imóveis: Trapiche Santo Antônio; Sobrado 117; Exatoria; Casarão 159; Ruínas

ao lado do Casarão 159 e ruínas em frente ao Mercado (Rocha; Silva, 2009, p. 147).

Neste conjunto destaca-se o Trapiche Santo Antônio, edificação construída por volta da metade do século XIX, uma vez que a técnica construtiva da alvenaria se assemelha em muito a Ponte Nova, nesta mesma cidade, que teve como construtor o Tenente Coronel João Bloem em 1820, este engenheiro também foi responsável pela edificação do Lar Franciscano Santa Isabel na cidade de Salvador Bahia (Laranjeiras um Museu a Céu Aberto, 1983, p. 22); bem como, sua arquitetura originalmente se caracterizava por grandes vãos cobertos por estruturas de madeiras grossas e tesouras largas e planta baixa de formato retangular (Nascimento, 1981, p. 63).

Ao optar pelos Trapiches, o Projeto Monumenta deparou-se com uma edificação praticamente em ruínas, sobrando apenas parte das fachadas originais e parte das colunas internas que serviam originalmente à estrutura destes vãos cobertos; o programa decidiu por uma proposta de “reconstrução” das fachadas “originais” e parte da edificação, consolidando as colunas de pedra remanescentes; sobre este projeto cabem inúmeras reflexões críticas, pois vão desde o mimetismo aplicado na reconstrução das edificações, a falta de cuidado para a implantação de um novo uso, pois tanto as salas de aula, quanto as instalações, assim como futuros laboratórios, não foram pensados no projeto de requalificação deste conjunto; fatores que até os dias de hoje impõe inúmeras restrições ao uso dos espaços.

Segundo Bonduki (2010, p. 230), a estratégia de utilização de ruínas para a implantação de novos usos educacionais que pudessem provocar a renovação e posterior sustentabilidade de núcleos históricos foi uma inovação apresentada pelo Programa Monumenta a partir de 1995, no entanto, ocorre aqui a necessidade de separação crítico-reflexiva entre a ação de intervenção realizada como proposta de política preservacionista, a proposta teórica aplicada nas intervenções realizadas e a conservação preventiva posterior às alterações executadas.

No que concerne à política preservacionista aplicada em Laranjeiras e em outros projetos do Programa Monumenta, como na cidade de Cachoeira no Recôncavo baiano, a retórica da perda provocadora de uma avassaladora vontade de buscar significados e objetivação a partir de uma estrutura ficcional (re)apresentam propostas que, na maioria das vezes, estão alicerçadas em um desejo estimulado mais pela ausência e sua pretensa recuperação do que pela busca de uma autenticidade produzindo um paradoxo destrutivo frente à emergência de um novo uso (Gonçalves, 1996, p. 14 e 22).

O fulcro para entender esta política preservacionista entremeia-se entre o paradoxo da alegoria e o desejo de recuperar algo perdido contra-pontuado pelo novo, neste processo aplicado de objetivação se fez uso de alguns ingredientes momentâneos como a ficcional expansão das universidades federais vivido naquela década (2001-2010); o processo de descentralização da educação que este empreendimento ocasionaria justificado pelo discurso de se levar fisicamente o ensino a locais “esquecidos”; a afirmação equivocada de que a universidade per si levaria

a estes locais um conhecimento científico frente a “ignorância” destas populações, acreditando-se que a cultura universitária seja superior ao saber popular; que estes projetos se manteriam de forma sustentável pela sua natural implantação norteadas apenas por um desejo alegórico frente uma proposta descontinuada.

Pautar que o sucesso de uma ação política preservacionista deva se estabelecer em uma dinâmica de relação na qual a solução esteja apenas alicerçada na objetivação material de um novo uso sem um planejamento por parte dos entes envolvidos, seja nos aspectos sociais, econômicos, educacionais e antropológicos, assim como, na ausência de preparação psicossocial tanto da população quanto dos docentes e discentes que irão se apropriar deste espaço, nos parece uma aposta de risco muito elevada e que, neste momento, em Laranjeiras, se mostra mais prejudicial à preservação patrimonial do que benéfica.

Em relação à intervenção teórica de conservação e restauro realizada no projeto denominado “Quarteirão dos Trapiches” na cidade de Laranjeiras, percebem-se três momentos de discussão possíveis frente à autenticidade em risco na invenção do Campus: 1- a vitória do novo sobre o antigo; 2- a preocupação com a devolução de uma forma espacial que não descaracterizasse a ambiência histórica; 3- liberações e adaptações construtivas mais preocupadas com o juízo de valor técnico/funcional do que com o histórico.

De acordo com Choay (1999, p. 14 e 15), a tradição que surge na França, de um cuidado com edificações possuidoras de juízo de valor histórico e artístico, esbarra na constante tensão entre preservar e renovar livremente as propriedades, retirando delas os prazeres e os benefícios que se conseguir; o caso do projeto do Campus de Laranjeiras intentado pelo Programa Monumenta representa este embate entre manter reminiscências e significados passados frente a necessidade de condicionar um novo uso e sua definidora espacialidade funcional.

Este embate entre uma criação deliberada (Universidade Federal de Sergipe – Campus de Laranjeiras) como destino assumido por alguns de um desejo falso representativo da maioria (projeto político material de expansão universitária), desejo de uso não aferido socialmente (população local), versus um monumento anteriormente gerado pela sociedade açucareira e criado como tal para dar lastro a uma sociedade escravocrata (Trapiches), acarretou um desalinhamento imaterial entre o que foi inventado e os fragmentos históricos que existiam e que seriam controlados e ou admitidos nesta nova objetivação.

Na escrita deste Palimpsesto no projeto do Campus de Laranjeiras, pode-se atribuir mais a vitória do desejo do novo alçado por uma vontade política do que o reforço de uma identidade local alicerçada em resíduos materiais que ainda estavam presentes como marcas do tempo naquelas edificações; mesmo em se admitindo que a proposta havia sido definida pelo restabelecimento do estado original das fachadas, a partir de uma percepção estética/estrutural das partes ainda presentes, baseados em estudos iconográficos e cadastrais das ruínas, assim como na consolidação das

alvenarias de pedra e colunas que formavam aqueles Trapiches (Rocha; Silva, 2009, p. 157).

Este paradoxo entre afirmação do antigo e invenção de um novo pende mais para o segundo argumento, pois mesmo a fachada que foi reconstituída, assim como as colunas e muros de pedra consolidados, no momento da inauguração do Campus em 2007, estavam com aspecto de novos, de recém construídos, sempre sem pátinas; mesmo que os remanescentes de pedra, a volumetria, as formas das janelas, remetam-se a um pretensão representativo estético histórico do passado açucareiro, o que se viu e o que posteriormente se vê e se mantém até hoje é evitar a todo custo as marcas do tempo neste novo conjunto inventado; quebrando a continuidade da possibilidade de um sentimento de pertencimento residual tanto na população que não reconhece neste novo sua identidade, quanto nos alunos e professores que ali passam a vivenciar um espaço frente a uma inexistência afetiva de lembranças memoriais que nunca lhes será ofertado.

A invenção de um novo uso e respectivamente de uma nova edificação, apesar de estar imbricada com uma variabilidade complexa de possibilidades, no caso do Campus de Laranjeiras, apresenta uma base teórica rotineira aplicada na conservação e restauro do patrimônio arquitetônico no Brasil, que é a preocupação com a devolução de uma forma espacial que não descaracterize a ambiência histórica. Desta forma, procurou-se refazer as edificações com as mesmas caixas volumétricas que as formavam a partir de seus cascos históricos remanescentes, deixando o interior, especialmente, a metade do terreno lindeiro ao rio Contiguiba sem construções formando um grande pátio vazio e, com a consolidação da maioria das colunas e muros remanescentes dos denominados Trapiches.

Este estado da arte contraditório à Carta de Restauro da Itália de 1972 (Brandi, 2004, p.230), sempre presente nas ações de conservação e restauro no Brasil, apesar de apresentar uma justificável prudência necessária para que não ocorra uma total desarmonia com ambiência histórica das áreas urbanas nas implantações de ações intervencionistas, ao mesmo tempo, gera a possibilidade de fabricar falsos históricos e não havendo o cuidadoso e escrupuloso momento reflexivo crítico no ato da ação, por parte do arquiteto restaurador, provoca o desaparecimento dos vestígios e da vetustez natural do conjunto arquitetônico representativo do período, no caso em específico do açucareiro.

O que se teve como resultado no projeto do Campus de Laranjeiras se descreveria como uma restituição volumétrica pouco ousada, na qual, ao se restituir a pretensa volumetria de uma época, apagou-se a existência da obra no tempo provocando para os pouco avisados (visitantes) a impressão que aquelas construções foram congeladas no tempo e que não se tratam de uma invenção, de um novo, uma cenografia, que se aproveitou de ruínas, as valorizou, mas, no entanto, extraiu sua essência, sua vetustez, reduzindo sua unidade potencial histórica.

O Programa Monumenta estabeleceu a mesma proposta para o Campus

da Universidade Federal do Recôncavo, ou seja, a “reconstrução dos espaços inventando um novo uso”, tendo como princípio um medo incorrigível de ferir uma ambiência histórica. Para a população destas cidades parece que as edificações retornaram no tempo, mais como zumbis maquiados com pinturas faciais, não como entes renascidos que emergem com novas possibilidades e respeitam as marcas do tempo; para os alunos e quem visita estes locais, estas edificações parecem representar uma museificação atraente e sedutora por alguns momentos, como um “canto da sereia”, desvestida de uma essência histórica.

Neste contexto, cabe exemplificar um bom projeto na cidade de Covilhã, no norte de Portugal, que ratifica a presença do valor histórico nas ruínas das muralhas que se conservou, consolidou e se fez novo uso universitário para vários cursos (Universidade da Beira do Interior); o edifício antigo de pedras está ligado por uma passarela com a edificação nova, de concreto e vidro, como a dizer, respeitamos o passado mas acreditamos em um futuro e para que este futuro ocorra haverá de se ter este diálogo entre o passado, o que se torna presente e possibilidade de um novo (Arendt, 1997, p. 33).

Mesmo entendendo que ainda existem inúmeras questões a se visitar na análise da invenção do Campus de Laranjeiras, por fim, está o uso de liberações e adaptações dos espaços que foram realizados pelo projeto. A espacialidade material do “Quarteirão dos Trapiches” se encontrava extremamente comprometida no momento de intervenção, diferente da Fábrica Leite Alves, em Cachoeira, que tinha um casco externo mais íntegro. Em Laranjeiras, reconstruiu-se a maior parte das fachadas a partir de vestígios das paredes em ruínas ainda existentes, não eram paredes completas, apenas partes; outra questão foi a liberação de passagens com a destruição de pequenos trechos dos muros existentes, este aspecto foi deveras degradador, uma vez que a maior unidade potencial da edificação são suas paredes de pedra; a consolidação das colunas, as quais, em sua grande maioria ficou “entalada” nas paredes das salas de aula, mesmo com suas faces aparentes acabaram por diminuir a autenticidade da tipologia Trapiche, restando “livre” apenas metade das colunas externas de pedra no grande pátio insólito que se formou no centro do Campus (Figura 2).

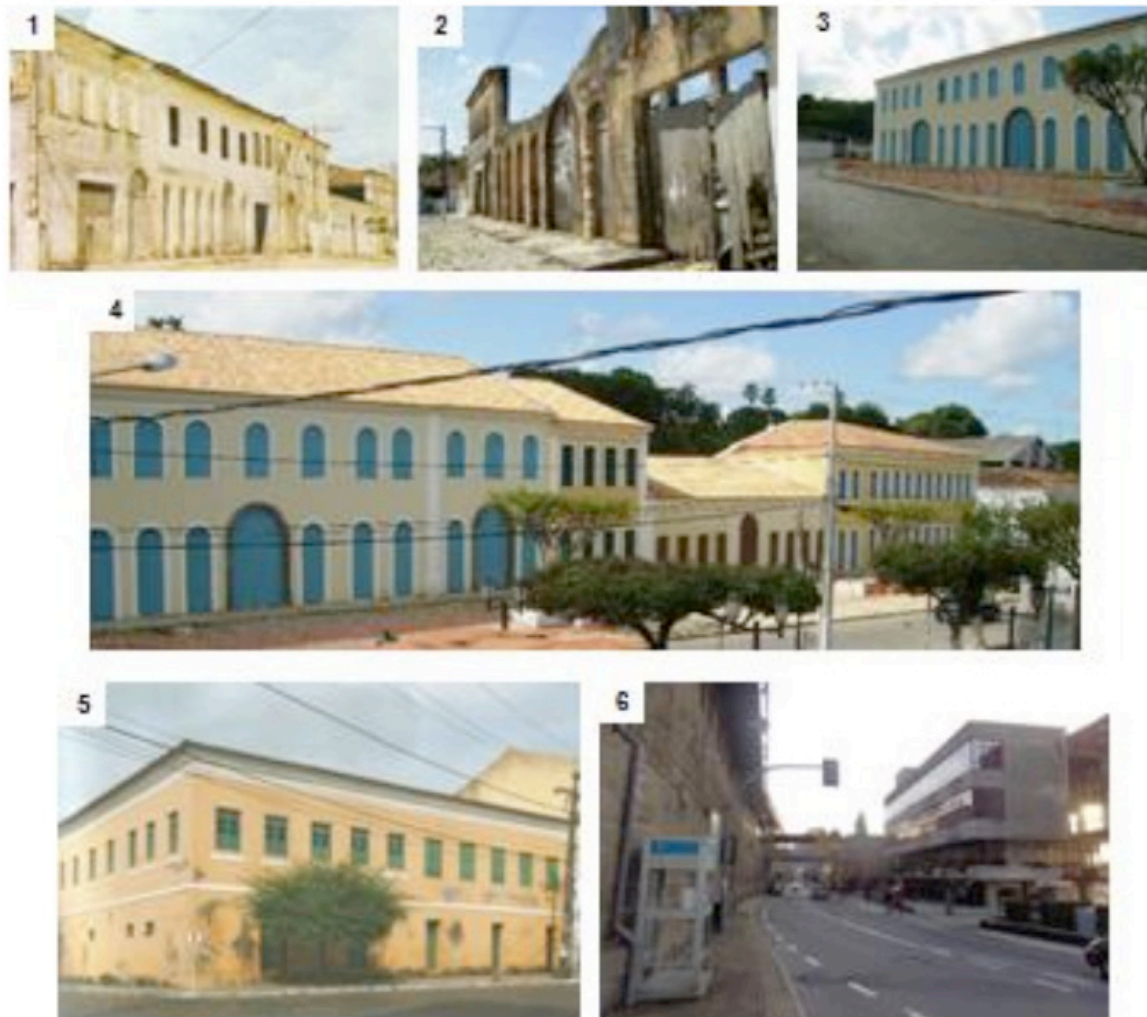


Figura 2: 1- Foto da fachada principal do Trapiche Santo Antônio em idos de 1980. Fonte: Laranjeiras um Museu a céu aberto, 1983. p.47; 2- Foto da fachada principal do Trapiche Santo Antônio idos de 2007. Fonte: Silva, jan. 2006; 3- Foto do Trapiche Santo Antônio após o “restauro” em 2009. Fonte: Silva, abr. 2009; 4- Campus de Laranjeiras invenção da vitória do novo sobre o antigo. Foto: Silva, maio 2009; 5- Campus da Universidade Federal do Recôncavo, invenção como o de Laranjeiras. Fonte: Bonduki, 2010, p.231; 6- Universidade da Beira do Interior, Covilhã, Norte de Portugal. Foto: Silva, nov. 2014.

AUSÊNCIA OU EQUÍVOCO NA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

A conservação de uma edificação histórica esta intrinsecamente ligada ao projeto sob o qual ela foi erigida, portanto, quanto menos tiverem sido respeitados os corolários, os princípios e os axiomas teóricos, provavelmente, maiores serão as dificuldades de manutenção da autenticidade desta edificação patrimonial. A invenção do Campus de Laranjeiras navega sob estas premissas, uma vez que a vitória do novo sob o antigo sempre foi e se tornou um dos principais atributos na conservação do “Quarteirão dos Trapiches” (Figura 3).



Figura 3: (esquerda) - Ruínas do Trapiche Santo Antônio, antes do projeto Monumenta em 2006. Fonte: Bonduki, 2010, p. 233. (direita) – Trapiche Santo Antônio (re)inventado; recuperação das alvenarias recentemente, sempre novo. Não se pode tratar o antigo da mesma maneira que se trata o novo. Mesmo aparentando perfeito estado de conservação, as paredes antigas já começam a apresentar degradações por umidade, enquanto as paredes novas, feitas como complemento, dificilmente apresentam este tipo de degradação. Foto: Silva, abr. 2019.

Não basta que as ações de conservação apenas indiquem na edificação quais as degradações que sobre ela estão atuando, é necessário que esta degradação seja alvo de reflexão crítica, que extrapole a mera condição técnica de saneamento patológico, ou seja, um mapeamento de danos não é meramente um indicativo de uma patologia e sua cura, ele é o resultado de investigações minuciosas que apuram técnicas, o saber fazer, alterações estruturais e funcionais sofridas nos materiais pré-existentes e os que a eles foram agregados, assim como, o comportamento dos componentes que fazem e farão parte dos sistemas construtivos de reintegração (Tinoco, 2009, p. 4).

No Trapiche Santo Antônio inventado como Campus da Universidade Federal de Sergipe, o ataque por umidade nas alvenarias é comum, no entanto, não se trata apenas de indicar em quais paredes ela se encontra e por que é superficialmente ocasionada e justificável como ataque “normal” em edificações históricas, mas sim de pensar quais razões mais profundas e relacionadas ao projeto foram capazes de ocasionar danos que se repetem após o pretense saneamento destas patologias.

A reflexão crítica sobre as origens, incidências, repetições de danos na conservação de edificações históricas deve assumir propósitos que extrapolam a simples rotina de pensar a preservação no momento do ataque patológico, ela deve buscar o antes, o durante e o depois da existência desta anomalia, portanto, a preservação preventiva deve atuar: 1- na relação deste tipo de degradação com o projeto de intervenção realizado; 2- nas ações equivocadas de saneamento que são aplicadas a estas degradações, como a tratar uma edificação moderna e não uma estrutura histórica; 3- na crítica e combate a ação sempre posterior ao aparecimento da degradação, tornando a anomalia, na maioria das vezes, irreversível.

Nestes últimos meses o Campus de Laranjeiras recebeu ações de saneamento mais intensas que visaram a mitigação de uma série de degradações que estavam incidindo no seu conjunto edificado nos últimos dez anos, uma delas era o

descolamento do reboco em várias paredes externas, especialmente no Trapiche Santo Antônio, notou-se que nestes reparos, as ações buscaram devolver o aspecto “novo” as paredes do Campus, novamente, como se ele tivesse acabado de ser inaugurado, repetindo as mesmas ações já realizadas pelos procedimentos originalmente empregados no Projeto Monumenta.

Estes “reparos” começaram em meados de 2018 e terminaram no final deste mesmo ano, entretanto, estas paredes já começam a apresentar novamente degradações nos mesmos pontos, assim como os mesmos problemas que sofriam antes desta intervenção. A ação de restituição de argamassas nas lacunas não estaria dando resultado, por quê?

As paredes do (re)inventado Trapiche Santo Antônio são exemplos marcantes destas afirmações, ou seja, no momento da intervenção inicial do Programa Monumenta elas estavam praticamente em ruínas e foram reconstruídas, ou seja, será que foram completadas com técnica e materiais semelhantes ou que dialogariam aos pré-existentes?, portanto, nesta condição, será que algumas questões de degradação se tornaram resultado deste falso histórico construtivo e estes pontos de umidade e descolamento do reboco que insistem em repetitivamente retornar são consequências do erro de intervenção?. Outra hipótese estaria nesta última ação de “reparo”, na qual se teria aplicado indiscriminadamente o mesmo traço de reboco, tanto sobre a nova alvenaria complementar, como sobre as partes em ruínas que ainda resistissem ao tempo e constituintes da verdadeira edificação e esta aplicação de reboco de mesmo traço daria um bom resultado para a alvenaria nova e provocaria uma reação de degradação nas antigas superfícies escondidas.

Ações de saneamento que são aplicadas sobre degradações patrimoniais apresentam, na maioria das vezes, erros conceituais relacionados a tratar uma edificação com estrutura histórica como sendo uma construção moderna; esta problematização encontra várias explicações que vão desde a falta de condições/ conhecimento técnico da empresa responsável pela obra de intervenção até a imperícia do arquiteto restaurador; no caso do “Quarteirão dos Trapiches”, este erro conceitual se estende a problematização de um falso histórico que provoca a tensão entre o novo e o antigo, ou seja, o que é novo e deve ser tratado como tal e o que é antigo e deve ser tratado como tal.

Um elemento exemplificador marcante deste juízo surge pela degradação que apareceu há alguns anos em uma das colunas de sustentação do Casarão 159; esta edificação na sua parte interna foi totalmente construída, apenas as paredes do casco externo (ruínas) foram aproveitadas como proposta de “reabilitação” da edificação histórica; no entanto, a parte interna foi construída com elementos que são simulacros dos antigos Trapiches, ou seja, pilares grossos e espalhados pela espacialidade interna do vão; um destes pilares começou a apresentar fissuras, ao se abrir esta fissura notou-se que por dentro existe um pilar com dimensões menores e uma camada de concreto magro amarrado por uma “gaiola” de ferro forma e compõe

a parte mais grossa do pilar.

Outro tratamento (saneamento) destrutivo que foi aplicado nas paredes de pedra do Campus foram ações de limpeza utilizando jateamento de água; este jateamento provocou nos embrechamentos a perda de material; a ação, ao não se contentar com esta motivação destrutiva, passou a preencher estas lacunas, provocadas pelo primeiro erro, com argamassas a base de cimentos, sendo que em muitos locais, os resíduos destrutivos destas ações ainda podem ser verificados e deformam totalmente as paredes de pedra.

A ausência de ações de conservação preventiva no Campus de Laranjeiras atinge neste momento uma situação de preocupação, iniciado pela perda de um dos arcos, ocorrido em abril de 2017, sendo que este arco que se perdeu, apesar de anos apresentando degradações, nunca foi alvo de nenhuma ação de conservação, reparo ou consolidação, assim como, após a sua queda nenhuma ação foi promovida no sentido de estudo ou possibilidade de sua reintegração e consolidação das paredes que restaram; as ações de reparos realizadas em 2018, parecem não atender as questões norteadoras da conservação e restauro de edificações históricas, uma vez que, as degradações provocadas por umidades, fissuras e agora o aparecimento de instabilidades em algumas das colunas de pedra parecem querer, insistentemente, colocar em risco o principal remanescente verdadeiro da autenticidade do Trapiche (Figura 4).





Figura 4: **1-** (Re)invenção do Casarão 159; **2-** Fissuramento na coluna do Casarão 159; **3-** Investigação do fissuramento demonstrando o simulacro de coluna de Trapiche; **4-** Estado de degradação da ferragem da coluna. Fontes: acervo UFS em março 2008; Silva, nov. 2018 e mar. 2019. **5-** Preenchimento dos embrechamentos dos muros de pedra com argamassas a base de cimento após limpeza destrutiva com jato de água de alta pressão; **6-** Argamassa cimentícia nos preenchimentos provocando deformações e mudança da coloração; **7-** Insistência no erro com o uso de cimento para preenchimentos; **8-** Deformação total da superfície da coluna com argamassas que não dialogam com a estética e vetustez do objeto, perda da autenticidade; Fontes: Silva, mar. 2019. **9-** Estado do Arco em 2008 mantendo a autenticidade e o significado da vetustez de um Trapiche; **10-** Estado do Arco em 2016 entrando em colapso final, nenhuma ação de conservação deste o início de 2013 quando começou a apresentar problemas estruturais; **11-** Queda do Arco as vésperas da comemoração dos dez anos de inauguração do Campus em 2017; **12-** Onde está o Arco? Fontes: Acervo UFS mar. 2008; Silva, ago. 2016, abr. 2017, abr. 2019. **13-** Desestabilização estrutural da coluna de pedra (3ª coluna); **14-** Parte faltante desta (lacuna) pode estar gerando esta instabilidade; **15-** Instabilidade estrutural em outra coluna, já ocorreu um afastamento de mais de 10 cm na parte superior; **16-** Imperícia técnica com a colocação de uma calha (bica). Fonte: Silva, abr. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de intervenção aplicadas na invenção do Campus da Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras materializam respostas do como não se deve supor que uma objetivação apenas seja capaz de sustentar o acautelamento de um bem patrimonial; assim como revela uma constante presença de rotinas de conservação inadequadas e falta de preocupação comum na maioria das ações que se faz aplicar sobre objetos materiais patrimoniais no território nacional, ou seja, a ausência ou equívoco na conservação preventiva; entretanto, quem sabe, a provocação metafórica “ONDE ESTA O ARCO? O GATO COMEU!” não seja capaz de inverter a lógica esperada das próximas perdas.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. (Coord.) **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. Salvador: Grupo de restauração e renovação arquitetônica. Salvador: FAU-UFBA, 1974.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. **IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002. 7v.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília/DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. tradução Beatriz Mugayar Kuhl, apresentação Giovanni Carbonara, revisão Renata Maria Parreira Cordeiro – Cotia/SP: Atelier Editorial, 2004.
- BUENO, Francisco da Silveira. **MINIDICIONÁRIO DA LÍGUA PORTUGUESA**. 6 ed. São Paulo: Editora LISA, 1992.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: FUNDAJ; Ed. Massangana, 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- LARANJEIRAS UM MUSEU A CÉU ABERTO. Fortaleza: BNB/DEPAD, 1983.
- LOUREIRO, Kátia Afonso da Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: FUNCAJU, 1999.
- NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus Monumentos**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1981.
- PIRES, Fernando Tasso Fragoso; GOMES, Geraldo. **Antigos engenhos de açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. 2 ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2011.
- ROCHA, Luciana Machado Ribeiro e; CYNARA, Ramos Silva. **TRAPICHE: PROJETO E OBRA**. In O DESPERTAR DO CONHECIMENTO NA COLINA AZULADA. (org.) Nogueira, Adriana Dantas; Silva, Eder Donizeti da. Vol. II. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.
- TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Mapas de Danos: Recomendações Básicas**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação integrada, 2009.
- VASCONCELLOS, Silvio. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Especialista em História, Arte e Cultura e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora do ensino superior, na Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação. Produzindo pesquisa e material didático para o ensino de arte com essa temática.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arranha-Céu 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12

B

Baia de Guanabara 26, 34

C

Cidades 3, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 34, 41, 50, 54, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 88, 89, 92, 103

Condição da Base 1, 3

Conectividade 14, 15, 16, 22, 23, 24, 45

Contemporaneidade 36, 65, 76, 77

Contexto 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 16, 28, 29, 30, 41, 42, 44, 52, 54, 67, 68, 76, 77

Corredores Verdes 14

Criatividade 40, 46, 48, 52, 63

D

Desenvolvimento Urbano 25, 32, 41, 48, 66, 76, 82, 89, 103

E

Economia Criativa 40, 47, 50, 51, 58

Espaços Públicos 4, 12, 14, 22, 54, 63, 76

H

Habitação 5, 30, 47, 48, 65, 66, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90

I

Inovação Social 40

Intervenção 38, 45, 46, 48, 50, 53, 54, 55, 59, 60, 63, 77, 80

M

Mercado Imobiliário 30, 37, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78

Minha Casa Minha Vida 65, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 89, 90

N

NDVI 14, 15, 18, 19, 21, 23

P

Patrimônio Cultural e Paisagístico 25, 33

Patrimônio Industrial 40, 41, 42, 47, 51, 53

Política Habitacional 66, 67, 76, 78, 79, 81, 82, 84, 88, 89

Práticas Criativas 40, 52

R

Regeneração 14, 54, 55, 62

S

Segregação 5, 6, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 77, 90

Segregação Socioespacial 65, 67, 75, 76, 77

Sensoriamento Remoto 14, 16, 18, 23

Sentido de Chegada 1, 2, 4, 5, 8

Sentido de Lugar 1, 2, 5

T

Teoria das Janelas Quebradas 54, 55, 56

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-615-7

